

Demonstrações Financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

31 de dezembro de 2013

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF
Caucaia - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	100.330	62.335
Títulos e valores mobiliários	5	80.995	70.316
Consumidores, concessionários e permissionários	6	115.527	103.567
Tributos a compensar	7	13.852	17.097
Outros créditos		13.721	15.447
Total do ativo circulante		324.425	268.762
Não Circulante			
Tributos a compensar	7	15.750	12.397
Cauções e depósitos	8	28.383	24.521
Depósitos vinculados a litígios	9	80.704	78.049
Tributos diferidos	10	10.198	8.501
Imobilizado	11	514.927	477.332
Intangível		889	832
Total do ativo não circulante		650.851	601.632
Total dos ativos		<u>975.276</u>	<u>870.394</u>

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	91.114	63.190
Empréstimos e financiamentos	14	32.646	26.642
Folha de pagamento		3.976	2.578
Obrigações fiscais	13	37.890	34.552
Dividendos a pagar	18	2.725	2.264
Taxas regulamentares	16	14.544	15.409
Outras obrigações		7.617	1.217
Total do passivo circulante		<u>190.512</u>	145.852
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	88.597	113.783
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	1.552	1.418
Tributos diferidos	10	-	385
Outras obrigações		1.200	763
Total do passivo não circulante		<u>91.349</u>	116.349
Patrimônio líquido	18		
Capital social		151.936	151.936
Reserva de capital		141.659	141.659
Reservas de lucros		294.121	227.300
Proposta de distribuição de dividendos adicional		106.275	88.316
Outros resultados abrangentes		(576)	(1.018)
Total do patrimônio líquido		<u>693.415</u>	608.193
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>975.276</u>	870.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita líquida	19	<u>703.239</u>	524.556
Custo do serviço	20	<u>(475.630)</u>	(341.595)
Lucro bruto		<u>227.609</u>	182.961
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	20	(2.543)	(5.924)
Despesas gerais e administrativas	20	(11.335)	(8.879)
Reversão (provisão) para riscos fiscais e trabalhistas	20	(41)	2
Total das receitas (despesas) operacionais	20	<u>(13.919)</u>	(14.801)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>213.690</u>	168.160
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	29.177	39.014
Despesas financeiras	21	(30.141)	(35.104)
Variações cambiais, líquidas	21	(6.373)	232
		<u>(7.337)</u>	4.142
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		<u>206.353</u>	172.302
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	22	(32.842)	(30.745)
Diferidos	22	2.310	3.179
Lucro líquido do exercício		<u>175.821</u>	144.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício		175.821	144.736
Outros resultados abrangentes			
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:			
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	14	<u>442</u>	<u>418</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>176.263</u>	<u>145.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Outos resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
		Capital social	Reservas de capital	Legal	Incentivo fiscal	Especial de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2011		151.936	141.659	20.593	129.547	79.608	(1.436)	-	84.119	606.026
Aprovação de dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	-	-	(84.119)	(84.119)
Dividendos intermediários	18	-	-	-	-	(56.604)	-	-	-	(56.604)
Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	18	-	-	-	-	-	418	-	-	418
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	-	144.736	-	144.736
Destinações:										
Incentivo fiscal - lucro da exploração	22	-	-	-	31.511	-	-	(31.511)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	-	(2.264)	-	(2.264)
Dividendos adicionais	18	-	-	-	-	-	-	(88.316)	88.316	-
Reserva de lucros	18	-	-	-	-	22.645	-	(22.645)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		151.936	141.659	20.593	161.058	45.649	(1.018)	-	88.316	608.193
Aprovação de dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	-	-	(88.316)	(88.316)
Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	18	-	-	-	-	-	442	-	-	442
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	-	175.821	-	175.821
Destinações:										
Incentivo fiscal - lucro da exploração	22	-	-	-	39.571	-	-	(39.571)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	-	(2.725)	-	(2.725)
Dividendos adicionais	18	-	-	-	-	-	-	(106.275)	106.275	-
Reserva de lucros	18	-	-	-	-	27.250	-	(27.250)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		151.936	141.659	20.593	200.629	72.899	(576)	-	106.275	693.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	175.821	144.736
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	26.127	26.203
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	134	140
Tributos e contribuição social diferidos	(2.310)	(3.179)
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos	18.565	20.267
Atualização financeira dos depósitos judiciais	(2.655)	(2.948)
	215.682	185.219
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(11.960)	(6.172)
Tributos a compensar	(108)	1.373
Cauções e depósitos	(3.862)	(2.370)
Outros créditos	1.726	(3.754)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	27.924	(3.546)
Folha de pagamento	1.398	142
Obrigações fiscais	3.338	3.857
Taxas regulamentares	(865)	(105)
Outras obrigações e contas a pagar	6.837	(2.277)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	240.110	172.367
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(10.679)	6.094
Aplicações no intangível e imobilizado	(63.779)	(18.223)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(74.458)	(12.129)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(28.806)	(24.855)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(8.271)	(9.164)
Dividendos pagos	(90.580)	(142.881)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(127.657)	(176.900)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	37.995	(16.662)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62.335	78.997
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100.330	62.335
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	37.995	(16.662)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“Companhia” ou “CGTF”), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19/10/2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a Companhia tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a Companhia contratado em 31 de agosto de 2001 a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a Companhia Energética do Ceará - COELCE, que é parte relacionada da Companhia, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

Em 16 de setembro de 2002, foi firmado entre a Companhia e a Companhia de Gás do Ceará (“CEGÁS”), com interveniência da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos, contados a partir do início do suprimento de gás em janeiro de 2004. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a CEGÁS da mesma forma, estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma deverá reembolsar os custos incorridos pela Companhia, para honrar seu contrato de venda.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2014.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - geração de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, cauções e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

2.6.1.2. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos créditos de fornecimento de energia á parte relacionada COELCE e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência.

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado, ou outros modelos de avaliação.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap* cambial, visando exclusivamente proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

2.8. Imobilizado

Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas na Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de não realização dos ativos, elaborando o teste de realização nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01") que poderá resultar na necessidade de constituição de provisão para perda dos bens.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.11. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Subvenções governamentais--Continuação

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos

2.13.1. Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.13.2. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.2. Impostos diferidos--Continuação

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares

A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares são as seguintes:

2.13.1. Pesquisa e Desenvolvimento - (P&D) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - (FNDCT)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.16. Participações nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.17. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Distribuição de dividendos--Continuação

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 2% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.18. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”).

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ▶ CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (“CPC 18”)

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- ▶ CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (“CPC 45”)

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- ▶ CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (“CPC 36”)

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

- ▶ CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46")

O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- ▶ CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33")

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- ▶ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

▶ IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

▶ Modificação à IAS 32 – CPC 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

▶ Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 – CPC 36, CPC 45, CPC 32 – Entidades de Investimentos

Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10. Essa exceção requer que as Companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- ▶ Modificação à IAS 39 – CPC 38 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge

As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários	743	286
Aplicações financeiras	<u>99.587</u>	<u>62.049</u>
Total	<u><u>100.330</u></u>	<u><u>62.335</u></u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	46.197	45.690
Operações compromissadas	<u>53.390</u>	<u>16.359</u>
Total de fundos exclusivos	<u>99.587</u>	<u>62.049</u>
Total de aplicações financeiras	<u><u>99.587</u></u>	<u><u>62.049</u></u>

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	64.882	39.339
Cotas de fundos	13.149	21.830
Outros	2.964	9.147
Total de fundos exclusivos	80.995	70.316
Total de títulos e valores mobiliários	80.995	70.316

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

O saldo de consumidores, concessionários e permissionários, registrado no ativo circulante, é referente, em parte, ao resultado da liquidação financeira no âmbito da CCEE, em função de déficits ou superávits em seu balanço energético. O montante a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 33.544 (R\$ 29.862 em 2012).

No ativo circulante estão classificados os saldos com partes relacionadas referentes a venda de energia para Coelce. O montante a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 81.983 (R\$ 73.705 em 2012). Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 15.

Não houve movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Tributos a compensar

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ e CSLL	6.492	-	9.612	-
PIS E COFINS	3.026	3.353	3.604	-
ICMS	4.334	12.397	3.881	12.397
Total	13.852	15.750	17.097	12.397

PIS, COFINS e ICMS

Em 2004, a receita decorrente de venda de energia para a COELCE passou a estar sujeita às regras da não cumulatividade para fins de apuração do PIS/COFINS, conforme legislação fiscal pertinente. Assim, a partir de fevereiro de 2004, a Companhia pagou referidas contribuições à alíquota de 9,25% sobre a receita de venda de energia líquida dos créditos decorrentes dos respectivos custos operacionais. Todavia, em novembro de 2005, modificou-se novamente a legislação do PIS/COFINS, determinando que as receitas de venda de produtos e serviços originados por contratos celebrados antes do mês de outubro de 2003 e com preços determinados deveriam ter a incidência de tais contribuições, segundo as regras da cumulatividade, a partir de novembro de 2003. Neste cenário, incluem-se as receitas auferidas pelas vendas de energia elétrica à COELCE.

Com base nesta nova regra, a Companhia recalculou o valor de PIS/COFINS sobre as receitas geradas pelas vendas de energia a COELCE de acordo com a sistemática cumulativa, ou seja, aplicando-se a alíquota de 3,65% sobre receitas citadas, no período de fevereiro de 2004 a outubro de 2005, chegando ao valor de créditos a recuperar no montante de R\$29.570. Por afetar a base de cálculo do ICMS, estas mudanças na legislação fiscal também geraram créditos a recuperar deste tributo no montante de R\$ 12.397. A companhia aguarda a homologação desse crédito pela Receita Federal, e por não haver expectativa de compensação no próximo exercício, esse crédito de R\$ 3.353 foi reclassificado para tributos a compensar no ativo não circulante.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Tributos a compensar--Continuação

PIS, COFINS e ICMS--Continuação

Os créditos de PIS/COFINS foram totalmente compensados com outros tributos federais ao longo do exercício de 2006. O crédito de ICMS foi reclassificado para conta de longo prazo, pois a forma e prazo para sua utilização ainda não foram definidos pelas autoridades fiscais do ICMS no Estado do Ceará. Em setembro de 2008 a Companhia protocolou Requerimento de Restituição de ICMS pago a maior junto a Secretaria de Fazenda do Estado e aguarda resposta. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e nas decisões preliminares com as assembleias fiscais, avalia que não há dúvidas quanto à realização do referido crédito.

8. Cauções e depósitos

Conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao International Finance Corporation (vide Nota 14) a Companhia possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de "time deposit" no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano.

A posição de caixa em *time deposit* em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se apresentadas a seguir:

<u>Instituição</u>	<u>Aplicação</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>
Banco Itaú BBA	Time Deposit	0,85%	13/06/2014	28.383	24.521

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Depósitos vinculados a litígios

O saldo de depósitos vinculados a litígios é composto pelo montante relacionado às ações judiciais datadas de fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, nas quais a Companhia buscava assegurar seu direito de classificar como “Grupo Eletrogêneo” determinadas máquinas e equipamentos importados utilizados na construção de sua usina termelétrica. Os referidos depósitos totalizam o montante atualizado de R\$ 80.704 (R\$ 78.049 em 2012). Para maiores detalhes acerca deste depósito, vide Nota 17.

10. Tributos diferidos

	Ativo diferido					
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	452	418	163	151	615	569
Provisão serviços de terceiros	916	450	331	162	1.247	612
Variações cambiais não realizadas	2.803	739	1.009	266	3.812	1.005
Operação swap	3.109	3.975	1.119	1.431	4.228	5.406
Imposto diferido ativo swap	645	682	213	227	858	909
Total	7.925	6.264	2.835	2.237	10.760	8.501
	Passivo diferido					
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo						
Imposto diferido passivo swap	(413)	(280)	(149)	(105)	(562)	(385)
Total	(413)	(280)	(149)	(105)	(562)	(385)
Tributos diferidos	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	7.512	5.984	2.686	2.132	10.198	8.116

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.538	385
Adições ao resultado do exercício	3.348	-
Reduções do resultado do exercício	(169)	-
Adições de outros resultados abrangentes	(216)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.501	385
Adições ao resultado do exercício	3.488	-
Reduções do resultado do exercício	(1.178)	-
Adições de outros resultados abrangentes	(51)	177
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.760	562

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	31/12/2013	31/12/2012
2014	3.313	1.888
2015	4.325	1.277
2016	-	1.277
2017	1.561	1.277
2018 a 2020	1.561	1.391
2021 a 2023	-	1.391
Total	10.760	8.501

11. Imobilizado

Descrição	Vida útil média em anos	Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em serviço:							
Geração							
Terrenos		1.055	1.055	-	-	1.055	1.055
Edificações	34	7.188	7.083	(2.141)	(1.925)	5.047	5.158
Máquinas e equipamentos	26	673.097	647.872	(249.543)	(224.529)	423.554	423.343
Veículos	7	613	613	(543)	(530)	70	83
Móveis e utensílios	16	11.229	11.229	(10.088)	(9.386)	1.141	1.843
		693.182	667.852	(262.315)	(236.370)	430.867	431.482
Administração							
Edificações	25	14	14	(4)	(3)	10	11
Máquinas e Equipamentos	8	71	71	(54)	(44)	17	27
Veículos	7	265	265	(168)	(130)	97	135
Móveis e Utensílios	16	56	55	(33)	(28)	23	27
		406	405	(259)	(205)	147	200
		693.588	668.257	(262.574)	(236.575)	431.014	431.682
Curso:							
Geração							
Edificações		517	417	-	-	517	417
Máquinas e equipamentos		82.233	44.322	-	-	82.233	44.322
Estudo com projetos		202	223	-	-	202	223
Administração		961	688	-	-	961	688
		83.913	45.650	-	-	83.913	45.650
Total		777.501	713.907	(262.574)	(236.575)	514.927	477.332

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Imobilizado--Continuação

O prazo de autorização da Companhia para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrada como segue:

	<u>Em serviço</u>			<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Custo</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	667.460	(210.707)	456.753	28.673	485.426
Adições	-	(25.992)	(25.992)	17.901	(8.091)
Baixas	(127)	124	(3)	-	(3)
Transferências	924	-	924	(924)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>668.257</u>	<u>(236.575)</u>	<u>431.682</u>	<u>45.650</u>	<u>477.332</u>
Adições	-	(25.999)	(25.999)	63.594	37.595
Transferências	25.331	-	25.331	(25.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>693.588</u>	<u>(262.574)</u>	<u>431.014</u>	<u>83.913</u>	<u>514.927</u>

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Imobilizado--Continuação

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Equipamentos gerais de Informática	16,67%
Veículos	14,29%

12. Fornecedores

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	24.172	20.239
Petrobras	17.456	16.099
Custo pelo uso do sistema de transmissão	1.781	1.827
Materiais e serviços	47.575	24.971
Partes Relacionadas (a)	130	54
Total	<u>91.114</u>	<u>63.190</u>

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 15.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPF e CSLL	17.119	16.239
ICMS	15.919	14.460
COFINS	2.686	2.698
PIS	470	585
INSS	343	403
Outros	1.353	167
Total	<u>37.890</u>	<u>34.552</u>

14. Empréstimos e financiamentos

Credor	Moeda	Taxas	Vencimento	31/12/2013					
				Circulante			Não circulante		
				Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
IFC - A	US\$	7,89% a.a.	15/12/2017	185	12.570	12.755	43.589	56.344	
IFC - B	US\$	Libor + 2,25% a.a.	15/12/2015	(29)	19.745	19.716	21.157	40.873	
IFC - C	US\$	11,96% a.a.	15/12/2019	82	-	82	16.399	16.481	
Total sem efeito do swap	-	-	-	238	32.315	32.553	81.145	113.698	
Swap	US\$	-	15/12/2015	93	-	93	7.452	7.545	
Total				<u>331</u>	<u>32.315</u>	<u>32.646</u>	<u>88.597</u>	<u>121.243</u>	

Credor	Moeda	Taxas	Vencimento	31/12/2012					
				Circulante			Não circulante		
				Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
IFC - A	US\$	7,89% a.a.	15/12/2017	182	10.208	10.390	48.989	59.379	
IFC - B	US\$	Libor + 2,25% a.a.	15/12/2015	-	16.075	16.075	35.680	51.755	
IFC - C	US\$	11,96% a.a.	15/12/2019	67	-	67	14.305	14.372	
Total sem efeito do swap	-	-	-	249	26.283	26.532	98.974	125.506	
Swap	US\$	-	15/12/2015	110	-	110	14.809	14.919	
Total				<u>359</u>	<u>26.283</u>	<u>26.642</u>	<u>113.783</u>	<u>140.425</u>	

A Companhia possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 com o IFC (“*International Finance Corporation*”) no valor de US\$ 130.000. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, está dividido em 3 “*tranches*” (IFC-A, IFC-B e IFC-C) com vencimentos em Dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Conforme mencionado na nota 8, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém aplicação financeira retida no montante de R\$ 28.383 vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A Companhia ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$ 488.358 e R\$ 36.000, respectivamente.

Conforme determinado no contrato de financiamento a Companhia deve manter contratos de swap com objetivo de proteger parte da dívida de efeitos cambiais e de taxa de juros. Os contratos de swap estão apresentados conforme quadro abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
					Moeda Estrangeira (dólar norte-americano)		Moeda Nacional	
					31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contratos de swaps:								
(+) Ativo								
(-) Passivo								
(=) Ajuste	SANTANDER	15/06/2006	15/12/2015	Libor 5,4% (a/360) a.a.	5.961	8.647	13.965	17.670
(+) Ativo								
(-) Passivo								
(=) Ajuste	CITIBANK	20/03/2007	15/12/2015	Libor + 2,25% IGPM + 9,77%	6.807	9.874	15.946	20.177
					<u>12.768</u>	<u>18.521</u>	<u>29.911</u>	<u>37.847</u>
Descrição	Contraparte	Valor Justo		Efeito Acumulado até 31/12/2013		Efeito Acumulado até 31/12/2012		
		31/12/2013	31/12/2012	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago	
Contratos de swaps:								
(+) Ativo	Banco	14.036	17.835	-	-	-	-	
(-) Passivo	Santander	14.909	19.378	-	-	-	-	
(=) Ajuste	Brasil S.A.	(873)	(1.543)	-	(873)	-	(1.543)	
(+) Ativo	Banco	16.322	20.846	-	-	-	-	
(-) Passivo	Citibank	22.994	34.222	-	-	-	-	
(=) Ajuste		(6.672)	(13.376)	-	(6.672)	-	(13.376)	
		<u>(7.545)</u>	<u>(14.919)</u>	<u>-</u>	<u>(7.545)</u>	<u>-</u>	<u>(14.919)</u>	

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na data de fechamento do exercício.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante, sem efeito do swap, se apresenta da seguinte forma:

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na data de fechamento do exercício.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante, sem efeito do swap, se apresenta da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	34.660
2016	17.965
2017	19.437
2018	4.296
2019	4.787
Total	81.145

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.787	132.023	154.810
Encargos	8.671	-	8.671
Varição cambial	2.781	10.468	13.249
Transferência circulante/não circulante	26.472	(26.472)	-
Resultado swap	(50)	(2.236)	(2.286)
Amortizações	(24.855)	-	(24.855)
Pagamento de juros	(9.164)	-	(9.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.642	113.783	140.425
Encargos	7.886	-	7.886
Varição cambial	4.951	12.432	17.383
Transferência circulante/não circulante	30.261	(30.261)	-
Resultado swap	(17)	(7.357)	(7.374)
Amortizações	(28.806)	-	(28.806)
Pagamento de juros	(8.271)	-	(8.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	32.646	88.597	121.243

15. Partes relacionadas

	31/12/2013			
	<u>Contas a receber circulante*</u>	<u>Fornecedores*</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
COELCE - Companhia Energética do Ceará	81.983	-	512.259	-
CIEN	-	65	-	656
ENEL ENERGY	-	65	-	46
Total	81.983	130	512.259	702

	31/12/2012			
	<u>Contas a receber circulante*</u>	<u>Fornecedores*</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
COELCE - Companhia Energética do Ceará	73.705	-	476.748	-
CIEN	-	54	-	484
Total	73.705	54	476.748	484

*Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 6 e 12).

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Partes relacionadas--Continuação

a) Companhia Energética do Ceará - COELCE

Em 31 de agosto de 2001 a Companhia e a COELCE celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica de quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por período de 20 anos, iniciado a partir de 27 de dezembro de 2003.

Atualmente as garantias deste contrato são:

- ▶ Instrumento de Remuneração Contratual por Prestação de Serviços de Depositário Qualificado e Outras Avenças

Firmado com o Banco do Bradesco S.A, relativo à gestão de garantias por meio de vinculação de recebíveis tarifários (50% da garantia exigida) Contrato Bilateral assinado entre a Companhia e a COELCE; e

- ▶ Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória

Firmado com União de Bancos Brasileiros S.A., relativo à fiança para complementação de garantia (50%) contratada em favor da Companhia.

O total de receitas do exercício com este contrato montou, até 31 de dezembro de 2013, em R\$ 516.828 (R\$ 476.748 em 2012). O contrato com a Companhia Energética do Ceará foi firmado conforme condições regulamentares e devidamente homologado pela ANEEL.

b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Companhia incorreu em despesas com a rede básica junto à CIEN no montante de R\$ 656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 484 em 2012). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo no passivo era de R\$ 65 (R\$ 54 em 2012).

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Partes relacionadas--Continuação

c) Enel Energy

A companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Esse contrato totalizou um montante de R\$ 46 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (nulo em 2012). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo no passivo era de R\$ 65 (nulo em 2012).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.563 (R\$2.204 em 2012).

16. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.638	15.026
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – F.N.D.C.T.	(55)	253
Ministério de Minas e Energia - M.M.E.	(39)	130
Total	<u>14.544</u>	<u>15.409</u>

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com a ANEEL 316, de 13 de maio de 2008, a Companhia deve efetuar os registros contábeis das obrigações legais de aplicação de recursos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que são reconhecidas contabilmente, incidindo juros, a partir do segundo mês subsequente de seu reconhecimento, até o mês do efetivo desembolso financeiro. Os juros são calculados mensalmente com base na taxa referencial SELIC até o mês do efetivo desembolso financeiro desses recursos.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Taxas regulamentares--Continuação

No saldo referente ao programa de pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$14.638 estão incluídos os valores aplicados em projetos em curso em 31 de dezembro 2013.

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	<u>31/12/2011</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Saldo acumulado</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualizações monetárias</u>	<u>Saldo acumulado</u>
Trabalhistas	46	(2)	6	50
Cíveis	319	-	53	372
Fiscais	913	-	83	996
Total	<u>1.278</u>	<u>(2)</u>	<u>142</u>	<u>1.418</u>

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Saldo acumulado</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualizações monetárias</u>	<u>Saldo acumulado</u>
Trabalhistas	50	-	6	56
Cíveis	372	41	7	420
Fiscais	996	-	80	1.076
Total	<u>1.418</u>	<u>41</u>	<u>93</u>	<u>1.552</u>

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Causas Possíveis	
	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas (a)	31.098	27.506
Cíveis (b)	33.490	-
Fiscais (c)	145.157	143.033
Total	<u>209.745</u>	<u>170.539</u>

a.1) II e IPI - Grupo Eletrogêneo

A Companhia ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como “Grupo Eletrogêneo” as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%.

A Companhia obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao Juízo por meio de depósito judicial, contabilizado, que corresponde ao montante atualizado de R\$ 80.704 em 2013 (R\$ 78.049 em 2012) Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação e em maio de 2010 foi publicado acórdão que o julgou improcedente. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a CGTF definitiva.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

a.1) II e IPI - Grupo Eletrogêneo--Continuação

Na ação incidental, a Companhia foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da companhia procedente. Em face dessa decisão, a União Federal apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro de 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à CGTF. Em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (embargos de declaração) e em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o referido recurso. A Fazenda apresentou recurso especial, que foi inadmitido em decisão publicada em 22 de junho de 2011. Contra a referida decisão, a Fazenda apresentou recurso (agravo). Em 13 de dezembro de 2012 foi publicada decisão que não conheceu do recurso apresentado pela Fazenda. Em 20 de dezembro de 2012 a Fazenda Nacional apresentou Agravo regimental em face dessa decisão que aguarda julgamento.

a.2) PIS e COFINS

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A Companhia apresentou recurso (embargos de declaração) face à decisão do Conselho de Contribuintes e, atualmente, aguarda seu julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 67.926 em 2013 (R\$ 64.983 em 2012)

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 151.935.782 ações ordinárias nominativas (sem valor nominal), distribuídas pela seguinte composição:

	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Endesa Brasil S.A.	151.935.779	100%
Outros	3	0%
Total	151.935.782	100%

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 2% sobre o lucro líquido após as deduções legais, para pagamento de dividendos mínimo obrigatório.

	<u>31/12/2013</u>	
	<u>Dividendos</u>	<u>R\$ por lote de mil de</u>
	<u>totais</u>	<u>ações</u>
Lucro líquido do exercício	175.821	1.157,20
(-) Reserva de incentivo fiscal	(39.571)	-
Lucro líquido ajustado	136.250	896,76
Dividendos mínimos obrigatórios	2.725	17,94
Dividendos propostos	106.275	699,47
Dividendos retidos	27.250	179,35

Por deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2013, foram deliberados dividendos no montante de R\$ 90.580, referentes ao lucro líquido do exercício de 2012, sendo pago em dia 10 de dezembro de 2013.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das suas reservas de capital e mais a reserva legal excedeu de 30% do capital social.

c.2) Incentivo fiscais

Corresponde a reserva criada, a partir da introdução da lei 11.638/07, para a alocação do incentivo fiscal relativo ao lucro da exploração de benefício da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. A parcela do resultado destinada a essa reserva não é incluída na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

c.3) Reserva estatutária - especial de lucros

O estatuto da Companhia prevê que a destinação do lucro remanescente após as destinações de dividendos e demais reservas será destinado à reserva estatutária especial de lucros, para posterior aprovação em Assembleia. Esta reserva estatutária segue os limites previstos no artigo 199 da Lei 6.404/76.

d) Outros resultados abrangentes

d.1) Ganho e perdas sobre *hedge* de fluxo de caixa

Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia em 31 de dezembro 2013 reconheceu o valor líquido de R\$ 442 (R\$ 418 em 2012) na rubrica de outros resultados abrange na rubrica de outros resultados abrangentes.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Receita líquida

Receita bruta	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	156.681	61.972
Suprimento de energia elétrica com empresa relacionada	707.984	640.139
Outras receitas e rendas	62.401	29.743
Total da receita bruta	927.066	731.854
Deduções da receita bruta		
PIS	(4.669)	(4.945)
COFINS	(21.547)	(24.439)
ICMS	(191.207)	(172.832)
Pesquisa e desenvolvimento	(6.404)	(5.082)
Total das deduções da receita bruta	(223.827)	(207.298)
Receita líquida	703.239	524.556

20. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(7.936)	(597)	(6.427)	(14.960)	(12.619)
Administradores	(243)	(1.390)	(1.214)	(2.847)	(2.200)
Material	(627)	-	(5)	(632)	(665)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(233.648)	-	-	(233.648)	(127.420)
Serviços de terceiros	(3.946)	(429)	(2.739)	(7.114)	(11.563)
Energia elétrica comprada no mercado	(179.711)	-	-	(179.711)	(145.389)
Custo pelo uso do sistema de transmissão	(18.144)	-	-	(18.144)	(19.786)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(41)	(41)	2
Depreciação e amortização	(26.028)	-	(99)	(26.127)	(26.203)
Taxa ANEEL	(671)	-	-	(671)	(725)
Outras	(4.676)	(127)	(851)	(5.654)	(9.828)
Total	(475.630)	(2.543)	(11.376)	(489.549)	(356.396)

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	15.312	22.547
Variação MTM ativa	5.717	7.745
Outras receitas financeiras	8.148	8.722
Total das receitas financeiras	<u>29.177</u>	<u>39.014</u>
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(7.886)	(8.671)
Perda swap	(3.936)	(5.656)
Variação MTM passiva	(12.548)	(13.571)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(93)	(142)
Outras despesas financeiras	(5.678)	(7.064)
Total das despesas financeiras	<u>(30.141)</u>	<u>(35.104)</u>
Variações Cambiais, Líquidas		
Variação cambial ativa	15.797	20.555
Variação cambial passiva	(22.170)	(20.323)
Total das variações cambiais	<u>(6.373)</u>	<u>232</u>
Resultado financeiro	<u>(7.337)</u>	<u>4.142</u>

22. Imposto de renda e contribuição social

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>%</u>
Lucro antes do IRPJ e CSSL	206.353	100%	172.302	100%
Alíquota nominal	70.160	34%	58.583	34%
Adições permanentes				
Gratificações a administradores	432	0,62%	183	0,31%
Doações	-	0,00%	165	0,28%
Benefícios indiretos - IPVA	-	0,00%	6	0,01%
Outras adições	(465)	(0,66%)	164	0,28%
	<u>(33)</u>		<u>518</u>	
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	(39.571)	(56,40%)	(31.511)	(53,79%)
Adicional do IRPJ	(24)	(0,03%)	(24)	-0,04%
	<u>(39.595)</u>		<u>(31.535)</u>	
IRPJ/CSL diferido no resultado (receita)	(2.310)	(1,12%)	(3.179)	(1,85%)
IRPJ/CSL corrente no resultado despesa	32.842	15,92%	30.745	17,84%
Alíquota efetiva	<u>30.532</u>	<u>15,92%</u>	<u>27.566</u>	<u>16,00%</u>

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial e de taxa de juros de suas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Essas operações de hedge são swaps de moeda e taxas de juros.

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contrato de *swap* de moeda. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2013 a posição líquida era de R\$ 7.545. O contrato de *swap* protege 18,46% da dívida da Companhia em relação ao risco cambial.

A tabela abaixo apresenta a exposição cambial da Companhia:

	Passivo		Ativo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dólares norte-americano	83.340	86.825	(28.383)	(24.521)
Empréstimos e financiamentos	83.340	86.825	-	-
Time deposit	-	-	(28.383)	(24.521)

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros-- Continuação

Fatores de risco--Continuação

a) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso a variação da taxa de câmbio de 2013 fosse igual à esperada para 2014, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

2013	Aumento/ redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americano	9,27%	(7.727)	(7.727)

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações na taxa de juros (Libor) que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contrato de *swap* de taxa de juros. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2013 a posição líquida era de R\$ 0,873 para Swap libor x Pré. Os contratos de swap reduzem o risco de taxa variável (libor) a 25% da dívida da Companhia

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2013 fossem iguais às esperadas para 2014, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

2013	Aumento/ redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros Libor	0,17%	(1)	(1)

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros-- Continuação

Fatores de risco--Continuação

c) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a solidez do principal cliente.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 14, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 18).

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (i)	121.243	140.425
Caixa e equivalentes de caixa + títulos e valores mobiliários	(181.325)	(132.651)
Dívida líquida (a)	(60.082)	7.774
Patrimônio líquido (b)	693.415	608.193
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	(0,09)	0,01

- (a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5 e 14.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros-- Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados.

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	16.696	73.797	9.668	100.161
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	17.498	37.119	-	54.617
	<u>34.194</u>	<u>110.916</u>	<u>9.668</u>	<u>154.778</u>
31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	19.203	71.285	5.493	95.981
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	20.773	21.648	-	42.421
	<u>39.976</u>	<u>92.933</u>	<u>5.493</u>	<u>138.402</u>

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos do *swap* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013			
Swap Libor x Pré (Santander)	670	325	995
Swap Libor x IGPM (Citibank)	4.172	3.599	7.771
	<u>4.842</u>	<u>3.924</u>	<u>8.766</u>
31 de dezembro de 2012			
Swap Libor x Pré (Santander)	825	758	1.583
Swap Libor x IGPM (Citibank)	5.085	8.647	13.732
	<u>5.910</u>	<u>9.405</u>	<u>15.315</u>

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros-- Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Valoração dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, assim como as taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2013		31/12/2012	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	100.330	100.330	62.335	62.335
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	80.995	80.995	70.316	70.316
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	28.383	28.383	24.521	24.521
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	115.527	115.527	103.567	103.567
Passivo						
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	2	113.698	129.470	125.506	143.798
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	7.545	7.545	14.919	14.919
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	91.114	91.114	63.190	63.190

Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros-- Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Contratos derivativos

Contrato de swap:

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2013.

As operações de swap são contratadas como proteção contra flutuações na taxa de juros e no câmbio, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Detalhamento dos contratos está apresentado na Nota 14.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Compromissos

A Companhia mantém os seguintes compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada Coelce, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo:

Coelce	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Receita bruta	744.248	776.381	805.676	836.034	868.204	4.915.701
Receita líquida	543.302	566.756	588.142	610.307	633.791	3.588.460

25. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2013 foi de R\$2.568 (R\$1.330 em 2012).

26. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$691.730, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$535.194 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.129.250. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$451.700 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de Indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2013	31/10/2014	R\$691.730	R\$1.129.250
Responsabilidade civil	01/11/2013	31/10/2014	N/A	R\$451.700

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (“IN 1.397”) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (“MP 627”) que: revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.